

SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO DE 2005

ÓRGÃO – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA – SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMA – COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Subtítulo: Implementação do Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação nos Estados Inseridos nas Áreas Susceptíveis à Desertificação.

VALOR PRETENDIDO: R\$ 15.000.000,00 (Quinze Milhões de reais), sendo R\$12.000.000,00 (doze milhões) em capital de investimento e R\$3.000.000,00 (três milhões) em custeio.

JUSTIFICAÇÃO:

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – CCD, instrumento jurídico do direito internacional, concluída pela Organização das Nações Unidas – ONU em 17 de junho de 1994, possui como principal objetivo combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca grave em regiões áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas do globo.

O Ministério do Meio Ambiente/MMA, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos/SRH, possui a responsabilidade formal de viabilizar a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil, em 25 de junho de 1997, junto à CCD. Dentre esses compromissos, destaca-se o de coordenar a elaboração e a implementação do “Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação” – PAN-Brasil.

Neste sentido, o Ponto Focal Nacional da CCD deflagrou o processo de articulação política entre governo federal, sociedade civil, governos estaduais e organismos de cooperação internacional, com vistas à elaboração do PAN-Brasil que culminou com a entrega formal do documento à Secretaria Executiva da Convenção (UNCCD), em 3 de agosto de 2004.

O PAN-Brasil tem como objetivo geral estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e execução de políticas públicas e investimentos privados nas Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD, no contexto da política de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca e de promoção do desenvolvimento sustentável.

O PAN-Brasil é hoje um valioso instrumento norteador do processo de transformação da realidade das ASD, cujo cenário atual é marcadamente o de grandes déficits sociais, econômicos e ambientais.

Tendo em vista a necessidade de iniciar o processo de implementação do plano, torna-se imperativo que seja deflagrado um movimento de divulgação dos conceitos e diretrizes apregoados pela CCD e uma mobilização voltada a garantir um maior envolvimento da sociedade no processo de implementação do PAN-Brasil e da elaboração dos planos estaduais, focalizando os impactos da desertificação na economia, no meio ambiente e na sociedade.

Em relação especificamente ao semi-árido brasileiro, dados revelam a urgência em se priorizar ações no sentido de frear o avanço do fenômeno da desertificação. As áreas afetadas por esse problema abrangem um espaço territorial de 1.083.790 Km², equivalente a 15,72% do território brasileiro. Nesse espaço vivem 31,6 milhões de pessoas (IBGE/2000), o que representa 28,65% da população do País, distribuídas em 1.482 municípios, constituindo a desertificação um problema ambiental de grande escala, sobretudo por afetar uma população já comprometida no seu cotidiano pela falta de infra-estrutura social, colocando-a ao mesmo tempo como vítima e agente atuante desse problema e não existindo no País outro problema ambiental que atinja tamanha área e a tantas pessoas, sendo essa população caracterizada como a mais pobre do País.

Desta forma, conclui-se que a redução dos processos de desertificação em curso no semi-árido brasileiro demanda ações integradas e de longo prazo, cabendo ao poder público, em conjunto com a sociedade, definir políticas, planos e estabelecer ações e metas que visem minimizar impactos dos processos de desertificação sobre o solo, a fauna, a flora e os recursos hídricos, de forma a reduzir as áreas antropizadas e a pobreza no semi-árido brasileiro.

Nesse sentido, propõe-se apoiar ações de recuperação de áreas degradadas em regiões onde o processo de desertificação está mais avançado. A exemplo das regiões de Gilbués/PI, Seridó/RN, Cabrobó/PE e Irauçuba/CE; monitoramento e avaliação de indicadores de desertificação; sistema de alerta precoce e de ocorrência de secas.

Uma outra frente de atuação a ser trabalhada consiste em apoiar a elaboração dos Planos de Ação Estaduais de Combate à Desertificação

Deputado Edson Duarte